



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Eletronorte.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 marcou um avanço decisivo na transformação cultural da Eletrobras, consolidando uma nova forma de operar: mais eficiente, integrada e focada no cliente. Cada movimento estratégico realizado ao longo desse ciclo reforça o compromisso da companhia com a segurança, a excelência operacional e a geração de valor para seus acionistas e para toda a sociedade.

A incorporação de Furnas foi mais um marco importante nessa direção com a simplificação da estrutura corporativa e societária. A gestão unificada contribui para trazer mais celeridade e eficiência ao processo decisório, tornando a Eletrobras uma empresa mais dinâmica e competitiva.

Em 2024, vimos importantes mudanças no setor de energia e na Companhia. Após 2 anos e meio com o preço spot (PLD - preço de liquidação de diferenças) próximo ao piso, vimos o PLD atingir patamares elevados no segundo semestre, atingindo um preço médio de R\$ 480/MWh em outubro. Na nossa visão, essa mudança de preço reflete o ambiente atual mais volátil, devido à grande inserção de fontes renováveis intermitentes nos últimos anos, tendência que deve se intensificar no futuro.

Nesse cenário, a comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração, com cerca de 27 mil consumidores migrando para essa modalidade em 2024. Continuamos avançando na estruturação da área de comercialização, que agora possui um time dedicado, atuando de forma integrada e orientada ao mercado com processos robustos. Destaque para a fixação de limites de exposição de crédito e modelos de previsão do preço da energia. A Eletrobras agora é uma companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Recuperamos a capacidade de investimentos da Eletrobras com foco em resiliência e eficiência operacional. Estamos investindo na modernização das usinas hidrelétricas e nos reforços e melhorias de nossas linhas de transmissão, que trazem resiliência e aumentam a robustez dos nossos ativos contribuindo com a segurança energética do país. Em 2024, investimos R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão no parque eólico de Coixilha Negra, que terá capacidade de 302 MW. O foco em ampliar a infraestrutura de transmissão ficou evidenciado com a participação no leilão 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde arrematamos quatro lotes com investimentos estimados de R\$ 5,6 bilhões. Isso reforça o posicionamento da Eletrobras como protagonista no desenvolvimento do setor.

Destaque para os investimentos que estamos realizando em projetos relevantes, como as obras de revitalização do sistema de transmissão em corrente contínua de alta tensão - HVDC (*high voltage direct current*) de Itaipu com investimentos estimados em R\$ 1,9 bilhão e na Transnorte Energia - TNE, linha de transmissão 500 kV, integrando Manaus a Boa Vista e integrando o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões.

Estamos também investindo na inovação da gestão dos nossos ativos. Criamos o centro de inteligência meteorológica (ATMOS), que usa inteligência artificial nos modelos de previsão de eventos extremos ajudando a aumentar a prontidão e a segurança de nossas operações. Outra inovação é o novo centro de monitoramento de ativos que usa sensores (IoT) e aplicações digitais (*digital twin + BIM* e realidade virtual) para monitorar mais de 87.000 ativos.

Tivemos avanços significativos no processo de simplificação e otimização da estrutura societária. A gestão de nossas participações tem como objetivo melhorar a governança e a rentabilidade do nosso portfólio de ativos. Isso fica claro com a conclusão da venda de participações minoritárias, como em Chapada do Piauí I e II; a oferta pública de parte das ações que detínhamos da Isa Energia Brasil S.A.; e a aquisição da participação em Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia. Além disso, assinamos a operação de troca de ativos com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), envolvendo a UHE Colíder. Seguiremos firmes com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

Reformulamos a gestão financeira da companhia com diversificação das fontes de captação, ampliação e adequação dos vencimentos das dívidas e completa revisão e padronização dos instrumentos financeiros. O ano de 2024 foi marcado por importantes operações financeiras, através da captação de recursos de cerca de R\$ 32 bilhões¹ no mercado local, internacional e agências de fomento à exportação. Encerramos o ano com uma elevada liquidez que nos deixa numa posição confortável para enfrentar eventuais incertezas nos mercados.

Destaque para a primeira emissão dos títulos (*bonds*) realizada pela Eletrobras após sua privatização, de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035 e pela contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália – Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE), sendo a primeira captação com o apoio de uma agência internacional de crédito à exportação. Nos preparamos hoje para os desafios do futuro. Em suprimentos, estabelecemos diretrizes e adotamos uma nova abordagem de relacionamento com fornecedores e parceiros, visando criar relações de longo prazo. Essas parcerias são essenciais para mitigar eventuais riscos na cadeia de suprimentos, especialmente em um momento de aumento expressivo nos investimentos de transmissão ao redor do mundo. Promovemos a otimização e padronização do processo de compras em todas as empresas, o que, aliado à transformação digital da área de suprimentos, torna a nossa atuação mais ágil, transparente, segura e eficiente na aquisição de materiais, bens e serviços.

Nosso compromisso com a eficiência também se refletiu na gestão de pessoas, com avanços significativos. Com a aprovação do acordo coletivo de trabalho em todas as bases do Brasil, os nossos profissionais estarão abrangidos por um acordo coletivo de trabalho unificado. Lançamos o Programa de Desligamento Consensual, promovendo uma abordagem responsável de transição de carreira, respeitando o diálogo com os colaboradores e os acordos sindicais. A remuneração dos profissionais está agora vinculada ao desempenho da empresa e os salários estão alinhados ao mercado.

No aspecto da governança, criamos o Comitê de Sustentabilidade para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para a otimização de nossas estratégias para um desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

Vale destacar que pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobras integrou a carteira do índice de diversidade – IDIVERSA da B3, um dos principais indicadores de diversidade e inclusão do mercado de capitais brasileiro. A manutenção nesse índice reafirma nosso compromisso na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

Sob esse prisma, expandimos nossas parcerias com a assinatura de memorandos de entendimento que envolvem a pesquisa e o desenvolvimento comercial de hidrogênio verde, por exemplo. Nossa compromisso de zerar as emissões líquidas em 2030 foi validado pelo *Science Based Targets Initiative*. Um passo importante

nessa direção foi a venda do complexo termoelétrico de Candiota, o último ativo a carvão do nosso portfólio, em uma operação que contribuiu significativamente para a agenda de descarbonização – eliminando cerca de um terço das emissões totais da empresa. Com essa mesma visão, assinamos acordos para a alienação de todo o portfólio termoelétrico remanescente.

Quando olhamos para o mercado de energia, estamos presenciando um novo panorama, com forte crescimento das fontes renováveis intermitentes, que hoje já representam cerca de 36% da matriz energética brasileira. A menor representatividade dos reservatórios hidrelétricos em relação à demanda total, associada com as cada vez mais frequentes ondas de calor, aumentam a necessidade de outras fontes despacháveis, como as térmicas e isso se traduz numa maior volatilidade de preço de energia. Essa volatilidade de preço se mostra mais presente desde o segundo semestre de 2024.

¹ Inclui a captação de R\$ 1,95 bilhão com a TNE

No início de 2025, também observamos relevantes variações de preço, mesmo com cenário hidrológico favorável até fevereiro e nível dos reservatórios elevado. Os contratos futuros no mercado livre de energia, em especial em horizontes de prazo mais curtos começam a refletir uma reprecificação estrutural. Entendemos que o setor e os agentes de mercado passam por um processo de amadurecimento e melhor compreensão das mudanças observadas na matriz e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, o que resulta em ajustes de estratégias e consideração de aspectos até então pouco relevantes, como *curtailment*, modulação e diferenças de preço entre submercados.

A Eletrobras entende que a melhor geração de valor para seus acionistas no tempo é manter uma flexibilidade financeira que permita a empresa maximizar sua estratégia comercial. Com base na execução dessa estratégia e após investir no aumento da resiliência e eficiência dos ativos, mantendo uma gestão financeira prudente, a Companhia teria condições de alocar de forma ótima e equilibrada o seu capital entre acionistas e opções de crescimento.

Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 4 bilhões em dividendos, referente a 41% do resultado do exercício de 2024. Esses dividendos equivalem a 60% do lucro líquido regulatório da controladora e são a maior distribuição de dividendos aos acionistas da história.



Vicente Falconi
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras

Encerramos o ano com a convicção de que as medidas adotadas não apenas fortalecem os alicerces da Eletrobras, como também posicionam a companhia de forma mais competitiva para o futuro. Temos a satisfação de ver que, a cada dia que trabalhamos, encontramos uma empresa melhor no dia seguinte. Seguimos avançando com um modelo de gestão focado na segurança, no cliente, na excelência e na criação de valor para nossos acionistas. Agradecemos o apoio, a dedicação e o esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na jornada de transformar a Eletrobras em uma empresa cada vez mais inovadora, eficiente e que gera resultados sustentáveis.



Ivan Monteiro
Presidente da Eletrobras

1. DESTAQUES 2024

- +17,9% receitas do segmento de Geração de energia para R\$ 11,8 bilhões.
- +14,4% receitas do segmento de Transmissão para R\$ 4,3 bilhões.
- +25,8% de PMSO totalizando R\$ 1,8 bilhão.
- +32,4% EBITDA da Eletrobras Eletronorte para R\$ 7,2 bilhões.
- +223,3% lucro líquido consolidado para R\$ 2,08 bilhões.
- Em março de 2024, a Eletrobras Eletronorte arrematou 04 lotes no Leilão de Transmissão promovido pela ANEEL, com 30 anos de prazo de concessão e investimentos de R\$ 5,6 bilhões.
- Criação, em maio de 2024, de quatro Sociedades de Propósito Específico (SPEs), Nova Era Catarina Transmissora S.A., a Nova Era Ceará Transmissora S.A., a Nova Era Integração Transmissora S.A. e a Nova Era Teresina Transmissora S.A., em virtude do arremate no Leilão de Transmissão nº 01/2024 acima mencionado.
- Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 625 milhões na rubrica de remunerações regulatórias.
- Em junho de 2024, foi assinado acordo com a Âmbar Energia para alienação das usinas termelétricas. Com a assinatura deste contrato foi possível mitigar substancialmente a inadimplência da Distribuidora Amazonas Energia, normalizando o seu fluxo de recebíveis.
- Conclusão de operações financeiras para captação de recursos no valor de R\$ 2.902 milhões no mercado nacional.

2. A ELETROBRAS ELETRONORTE

Criada em 20 de junho de 1973, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Companhia ou Eletrobras Eletronorte) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Brasília - DF, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

A Eletrobras Eletronorte atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia, participando de processos de inovação e pesquisas de interesse empresarial no setor energético, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos.

Durante décadas, a Companhia atendeu os chamados sistemas isolados, com o compromisso de levar energia a milhares de brasileiros em regiões ainda não atendidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O parque gerador da Eletrobras Eletronorte conta com cinco hidrelétricas: Tucuruí, a segunda maior usina brasileira, Coaracy Nunes, Samuel, Curuá-Una e Balbina.

Em junho de 2021, foi aprovada a incorporação da Amazonas Geração e Transmissão (Amazonas GT) pela Eletrobras Eletronorte.

No início de 2023, foi aprovada a incorporação das ações da Eletrobras Eletronorte pela sua controladora, tornando a Companhia uma subsidiária integral da Eletrobras. Essa nova configuração acionária fortaleceu o papel da controladora no direcionamento estratégico da Eletrobras Eletronorte e no modelo ótimo de gestão.

continuação



Em abril de 2024, foi protocolado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de sua controladora, o pedido de registro de emissor de valores mobiliários (companhia aberta) categoria B. Em maio de 2024, o registro foi concedido pela CVM. Dessa forma, a Eletrobras Eletronorte fica autorizada a distribuir publicamente valores mobiliários de sua emissão (exceto ações e certificados de depósitos de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou que garantam o direito de adquirir ações) para um público-alvo mais amplo, bem como negociá-los com maior liquidez em mercados regulamentados de valores mobiliários.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Segmento de Geração

A Eletrobras Eletronorte possui 11 empreendimentos de geração de energia elétrica composto por 5 usinas hidrelétricas e 6 usinas termelétricas, objeto de acordo para alienação, além das participações nas SPE Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte), Teles Pires Participações S.A. (UHE Teles Pires) e Companhia Energética Sinop S.A. (UHE Sinop).

Capacidade Instalada

A Companhia conta com matriz hidrotérmica, sendo 9.893 MW de potência instalada em ativos corporativos e 4.948 MW em participações, totalizando 14.841 MW.

Tabela 1. Ativos de Geração da Eletrobras Eletronorte

Empreendimento	Loca- lização (Estado)	Fonte	Início da Outorga	Início da Operação	Fim da Outorga	Capa- cidade Instalada (MW)	Garantia Física (ME médio)
UHE Balbina	AM	Hidráulica	01/03/1977	01/01/1989	01/03/2027	249,8	125,7
UHE Samuel	RO	Hidráulica	01/09/1979	01/07/1989	01/07/2032	216,8	88,1
UHE Tucuruí ⁽¹⁾	PA	Hidráulica	01/06/2022	01/12/1984	01/06/2052	8535,0	3995,5
UHE Coaracy Nunes ^{(1) (2)}	AP	Hidráulica	01/06/2022	01/12/1975	01/06/2052	78,0	62,2
UHE Curuá-Una ⁽¹⁾	PA	Hidráulica	01/06/2022	01/01/1977	01/06/2052	42,8	30,4
UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello ⁽³⁾	RR	Térmica	01/11/2000	01/12/1990	01/11/2030	NA	NA
UTE Aparecida ⁽⁴⁾	AM	Térmica	N/D	01/02/1984	01/07/2030	166,0	150,0
UTE Mauá 3 ⁽⁴⁾	AM	Térmica	01/11/2014	01/09/2017	01/11/2044	590,8	507,4
Sistema Isolado							
UTE Anori	AM	Térmica	N/D	01/12/2018	01/11/2030	4,6	N/D
UTE Codajás	AM	Térmica	N/D	01/12/2018	01/11/2030	4,6	N/D
UTE Anamã	AM	Térmica	N/D	01/12/2018	01/11/2030	2,2	N/D
UTE Caapiranga	AM	Térmica	N/D	01/12/2018	01/11/2030	2,2	N/D
UTE Ponta Negra (PIE Gera) ⁽⁵⁾	AM	Térmica	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
UTE Manauara (PIE Manauara) ⁽⁵⁾	AM	Térmica	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
UTE Jaraqui (PIE Breitener Jaraqui) ⁽⁵⁾	AM	Térmica	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
UTE Tambaqui (PIE Breitner Tambaqui) ⁽⁵⁾	AM	Térmica	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
UTE Cristiano Rocha (PIE RAESA) ⁽⁵⁾	AM	Térmica	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

⁽¹⁾ Novo contrato de concessão firmado nos termos da Lei nº 14.182/2022.

⁽²⁾ Em atendimento ao novo contrato de concessão firmado nos termos da Lei nº 14.182/2022, a UHE Coaracy Nunes terá sua garantia física descontada em 20% ao ano a partir de 2023. Assim, em 2024, o valor da garantia física descontada foi de 24,88 MW médios.

⁽³⁾ A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello encontra-se cedida para a Roraima Energia S.A., sucessora da Boa Vista Energia S.A., por meio de contrato de comodato. Este empreendimento não está sendo considerado na capacidade instalada da Eletrobras Eletronorte. O fim da outorga ocorreu conforme REH ANEEL nº 10.425/2021.

⁽⁴⁾ O Despacho ANEEL nº 151/2025 autorizou a transferência do controle societário das UTE Mauá 3 e UTE Aparecida para a J&F Investimentos.

⁽⁵⁾ As UTE Cristiano Rocha, Manauara, Ponta Negra, Tambaqui e Jaraqui não fazem parte dos ativos próprios de geração da Eletrobras Eletronorte, pertencendo aos Produtores Independentes de Energia (PIE), dos quais a Companhia compra a energia e a revende para a Amazonas D por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE). De acordo com esses contratos, ao término dos mesmos em maio de 2025, as usinas dos PIE seriam revertidas para o patrimônio da Companhia. Essas usinas fazem parte do acordo de venda de térmicas para a Âmbar Energia S.A., que está em andamento.

Maiores detalhes sobre as usinas podem ser conferidos no Anexo de Dados Operacionais no site de RI.

Energia Gerada

A tabela a seguir indica o volume total de energia gerada pela Companhia no período indicado, medidos em megawatts-hora, por tipo de usina. Houve uma redução de 0,3% em comparação a 2023 devido às afluências abaixo da média nas principais bacias em 2024.

Tabela 2. Volume Total de Energia Gerado pela Eletrobras Eletronorte

Tipo de usina	MWh
Hidrelétrica(1)	42.025.177
Eólica/Solar	4.323.052
Total	46.348.229

(1) Considerando os empreendimentos corporativos, propriedade compartilhada e participações via SPEs.

3.2 Comercialização

A comercialização na Eletrobras, nossa controladora, é orientada por um planejamento baseado em metas e diretrizes estratégicas, nível de contratação dos ativos e decisões orçamentárias. A Eletrobras monitora continuamente as condições do mercado e seu portfólio, definindo diretrizes e ritmo para novas operações, mantendo seu nível de contratação controlado ao longo dos anos. Isso visa mitigar os riscos de mercado e liquidez, além de maximizar os resultados da comercialização.

Para tanto, metas de vendas são definidas periodicamente a partir de limites pré-aprovados, permitindo flexibilidade e autonomia para capturar oportunidades. Essa estratégia é constantemente revisada para acompanhar as mudanças de cenário.

Com a abertura do mercado livre, o número de consumidores migrando para essa modalidade aumentou significativamente, com cerca de 27.000 migrações em 2024. Diante desse quadro, a estruturação da comercialização da Companhia é acompanhada pelo fortalecimento de áreas estratégicas para os negócios, com o estabelecimento de iniciativas para fortalecer vínculos existentes e impulsionar novas relações comerciais de valor com os clientes.

Em 2024, a comercialização continuou sendo impactada pelo processo de descotização, com a abertura de mais uma tranches prevista na Lei nº 14.182/2021, possibilitando um maior volume de energia destinado ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). Além disso, a comercialização foi positivamente impactada pelos contratos no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) oriundos da extensão da concessão da UHE Tucuruí pela repactuação dos riscos hidrológicos (*Generation Scaling Factor - GSF*) no período de 12/07/2024 a 30/08/2024. Esses contratos representaram uma receita adicional de R\$ 1.327 milhões.

A consolidação das receitas das SPE Teles Pires também teve um impacto positivo na comercialização, gerando, R\$ 1.047 milhões.

Atualmente, a Eletrobras é responsável pela centralização das atividades de comercialização de energia das empresas do grupo.

Energia Vendida

A Eletrobras Eletronorte vendeu 39,3 TWh de energia em 2024, comparado a 30,1 TWh em 2023, o que representa aumento de 31% com destaque para a consolidação da UHE Teles Pires a partir do 3T23 e, portanto, considerada em todo o ano de 2024.

Excluindo-se a venda de energia sob regime de cotas, a Companhia comercializou 2.253 MW médios de

energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 2.179 MW médios no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

3.3 Segmento de Transmissão

O sistema de transmissão da Eletrobras Eletronorte é constituído por 56 subestações, com capacidade total de transformação de 50.318 MVA, e de 11 mil quilômetros de linhas de transmissão, além da participação na SPE Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE).

Tabela 3. Extensão Total das Linhas (km)

Corporativo	SPE - Participação Eletrobras Eletronorte	Total
10.982	1.073	12.055

Tabela 4. Capacidade de Transformação (MVA)

Corporativo	Números de Subestações	SPE - Participação Eletrobras Eletronorte	Total (a+b)
50.318	56	7.928	58.246

Em 2024, a Eletrobras Eletronorte arrematou os lotes 1, 3, 5 e 9 no Leilão de Transmissão nº 01/2024 da ANEEL, com investimento estimado em R\$ 5,6 bilhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 590 milhões. Essa aquisição reforça o plano de diversificação de portfólio, recomposição e alongamento das receitas de transmissão da Companhia. Os lotes arrematados terão 30 anos de prazo de concessão, incluindo licenciamento socioambiental, construção e operação, e serão fundamentais na expansão das interligações regionais e da capacidade de escoamento da energia renovável da região Nordeste.

Remuneração da Transmissão

Os ativos de transmissão possuem RAP definida pela ANEEL, levando em consideração o investimento e os custos de operação e manutenção de um projeto de transmissão. A RAP é atualizada anualmente de acordo com as regras da ANEEL, com revisões periódicas a cada cinco anos, ajustando-a para cima ou para baixo, considerando fatores como eficiência e acessibilidade das tarifas.

A Resolução Homologatória nº 3.348/2024 da ANEEL estabeleceu o reajuste anual da RAP referente ao ciclo 2024/2025, vinculado às instalações de transmissão sob responsabilidade das concessionárias. Como resultado, foi definida para Eletrobras Eletronorte uma RAP de R\$ 3.000 milhões, a preços de junho de 2024, líquida de PIS/Cofins e válida para o período de 01/07/2024 a 30/06/2025. Esse valor representa 18% da RAP total da Eletrobras e 6,2% do SIN.

Adicionalmente, a resolução definiu uma Parcela de Ajuste (PA) total negativa para ciclo de referência, de R\$ 259 milhões, também a preços de junho de 2024. Essa PA contempla, entre outros, os efeitos retroativos negativos e positivos da Revisão Tarifária Periódica da RAP (RTP) de 2023 e 2024 de contratos prorrogados e licitados, e a anuidade de RAP melhorias. Com isso, a RAP total da Companhia para o ciclo 2024/2025 foi de R\$ 2.741 milhões, a preços de junho de 2024.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2024, a Eletrobras Eletronorte apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 2.084 milhões, 223,3% superior aos R\$ 645 milhões obtidos em 2023.

Em 2024, a receita operacional líquida foi de R\$ 13.295 milhões, um aumento de 18,7% em relação a 2023, quando foi de R\$ 11.196 milhões. O EBITDA foi de R\$ 7.246 milhões, um crescimento de 32,4% em comparação aos R\$ 5.473 milhões apurados em 2023.

Tabela 5. Resultado 2024 (R\$ milhões)

DRE	2024	2023	%
Receita de Geração	11.755	9.969	17,9
Receita de Transmissão	4.261	3.723	14,4
Outras Receitas	90	143	-37,3
Receita Bruta	16.106	13.836	16,4
Deduções da Receita	-2.811	-2.640	6,5
Receita Operacional Líquida	13.295	11.196	18,7
Energia p/ revenda, uso da rede, combustível e construção	-4.804	-3.394	41,6
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-1.767	-1.405	25,8
Provisões Operacionais	176	-1.040	-116,9
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	625	0	n.m.
Outras Receitas e Despesas	0	290	-100,0
EBITDA, antes das Participações Societárias	7.524	5.647	33,2
Participações societárias	-278	-174	59,6
EBITDA	7.246	5.473	32,

continuação



4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 7.964 milhões em 2024, um aumento de 8,3% em comparação aos R\$ 7.355 milhões de 2023. As principais variações nos custos e despesas operacionais foram: a) impacto positivo do reconhecimento de uma provisão não-recorrente no exercício de 2023, majoritariamente relacionada à distribuidora Amazonas Energia; b) crescimento de 176,6% na energia comprada para revenda, quando comparado com 2023, explicado pelo aumento do preço de energia no mercado de curto prazo da CCEE; c) maiores encargos sobre o uso da rede, passando de R\$ 1.030 milhões em 2023 para R\$ 1.409 milhões em 2024, devido à consolidação do resultado da UHE Teles Pires e à publicação das Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 3.068/2022 (ciclo 2022-2023), nº 3.217/2023 (ciclo 2023-2024) e nº 3.349/2024 (ciclo 2024-2025); d) aumento de 17,2% no combustível para produção de energia elétrica, passando de R\$ 1.453 milhões em 2023 para R\$ 1.702 milhões em 2024, devido ao reajuste anual do preço do gás natural e ao aumento no consumo de gás natural em decorrência do despacho das usinas térmicas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e) reversão de provisões operacionais no valor de R\$ 1.216 milhões, devido à melhora nas expectativas de rentabilidade futura da SPE Norte Energia e ao reconhecimento de perdas de créditos estimadas sobre recebíveis da Amazonas Energia S.A., além da inadimplência sobre os encargos de uso da rede elétrica.

Tabela 8. Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Energia comprada para revenda	690	249	176,6
Encargos sobre uso da rede elétrica	1.409	1.030	36,8
Combustível para produção de energia elétrica	1.702	1.453	17,2
Construção	1.003	662	51,6
Pessoal, Material, Serviços e Outros	1.767	1.405	25,8
Depreciação e Amortização	1.569	1.516	3,5
Provisões Operacionais	-176	1.040	-116,9
Custos e Despesas Operacionais Totais	7.964	7.355	8,3

Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os custos e despesas com pessoal, material, serviços e outros aumentaram 25,8%, passando de R\$ 1.405 milhões em 2023 para R\$ 1.767 milhões em 2024. Esse aumento deveu-se principalmente ao seguro GSF da UHE Tucuruí devido à extensão contratual e à consolidação da UHE Teles Pires.

Tabela 9. Pessoal, Material, Serviços e Outros - (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Pessoal	897	1.067	-15,9
Programa de Demissão Voluntária	56	164	-66,2
Material	93	105	-11,5
Serviços	436	469	-6,9
Outros	286	-399	-171,6
PMSO Total	1.767	1.405	25,8

4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido piorou 3,0%, passando de uma despesa de R\$ 3.245 milhões em 2023 para uma despesa de R\$ 3.346 milhões em 2024. Essa variação deveu-se principalmente aos maiores encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, além da atualização das obrigações com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

4.4. Participações Societárias

O resultado das participações societárias sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial aumentou 59,6% em 2024, passando de resultado negativo de R\$ 174 milhões em 2023 para resultado negativo de R\$ 278 milhões em 2024. Essa melhora ocorreu principalmente devido à contribuição negativa de R\$ 281 milhões da da SPE Norte Energia, parcialmente compensada pela melhora do resultado das demais participações minoritárias detidas pela Eletrobras Eletronorte, em função dos avanços na gestão das SPEs. As variações positivas foram de R\$ 109 milhões na SPE TNE e de R\$ 42 milhões na SPE SINOP.

4.5. EBITDA Consolidado

Em 2024, o EBITDA consolidado da Eletrobras Eletronorte atingiu R\$ 7.246 milhões, um aumento de 32,4% em comparação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pelas maiores receitas de geração e transmissão, pela remensuração regulatória do contrato de transmissão e pela redução das despesas operacionais, especialmente as provisões operacionais.

Tabela 10. EBITDA (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Resultado do Exercício	2.084	645	223,3
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	251	68	271,4
+ Resultado Financeiro	3.343	3.245	3,0
+ Amortização e Depreciação	1.569	1.516	3,5
= EBITDA	7.246	5.473	32,4

5. BALANÇO SOCIAL 2024

Tabela 11. Balanço Social

Informações de Natureza Social e Ambiental		CONTROLADORA
I. Recursos Humanos		
a. Remuneração	2024	2023
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ mil)	649.094	891.023
- Empregados (R\$ mil)	645.827	884.036
- Administradores (R\$ mil)	3.267	6.987
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	23,34	17,04
- Administradores	1,81	1,81
b. Benefícios Concedidos	2024	2023
Encargos Sociais (R\$ mil)	162.208	212.100
Alimentação (R\$ mil)	35.032	39.621
Transporte (R\$ mil)	3.167	3.913
Previdência Privada (R\$ mil)	24.774	36.947
Saúde (R\$ mil)	80.876	70.022
Segurança e Medicina do Trabalho (R\$ mil)	2.948	17.077
Educação ou Auxílio-creche (R\$ mil)	10.696	12.209
Cultura (R\$ mil)	—	—
Capacitação e Desenvolvimento Profissional (R\$ mil)	214	1.594
Outros (R\$ mil)	65.480	75.355
Total (R\$ mil)	385.395	468.837
c. Composição do Corpo Funcional	2024	2023
Nº de empregados no final do exercício	1.476	1.836
Nº de admissões	182	157
Nº de demissões	557	502
Nº de estagiários no final do exercício	41	39
Nº de empregados com deficiência (PcD) no final do exercício	28	38
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	1.259	1.558
- Feminino	217	278
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	—	—
- De 18 a 35 anos	171	108
- De 36 a 60 anos	1.226	1.577
- Acima de 60 anos	79	151
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	—	—
- Com ensino fundamental	82	55
- Com ensino médio	67	749
- Com ensino técnico	603	105

c. Composição do Corpo Funcional

	2024	2023
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Com ensino superior	516	660
- Pós-graduados	208	267
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	76%	77%
- Feminino	24%	23%
- Pós-graduados	208	267
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	76%	77%
- Feminino	24%	23%

d. Contingências e Passivos Trabalhistas

	2024	2023
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	315	241
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	99	11
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	19	70
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ mil)	21.152	—

II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo

2.1. Relacionamento com a Comunidade

	2024	2023
Totais dos investimentos em:		
Educação (R\$ mil)	—	—
Cultura (R\$ mil)	—	80
Saúde e Infraestrutura (R\$ mil)	—	2.000
Esporte e Lazer (R\$ mil)	800	60
Alimentação (R\$ mil)	—	—
Geração de Trabalho e Renda (R\$ mil)	—	1.183
Reassentamento de Famílias (R\$ mil)	—	14.216
Outros (R\$ mil)	—	800
Total dos investimentos (R\$ mil)	800	17.539
Tributos (excluídos encargos sociais) (R\$ mil)	1.051.588	1.219.272
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (R\$ mil)	—	40.231
Total do Relacionamento com a Comunidade (R\$ mil)	1.052.388	164.569

2.2. Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

- Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresenta as seguintes declarações: DECLARA, sob as penas da lei que:
- 1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
 - 1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
 - 1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.
 2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
 - Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).
 - Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.
 - O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.
 - Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.
 - R

—continuação



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de Reais

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023	
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa									
6	1.224.527	1.078.972	1.378.652	1.167.433	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	739.827	494.019	928.392
Títulos e valores mobiliários	7	602.074	169.969	602.074	Fornecedores	17	703.425	749.763	761.279
Clientes	8	2.197.790	1.466.863	2.305.345	Impostos e Contribuições	10	382.916	309.535	450.319
Ativo contratual transmissão	12	1.599.015	1.727.754	1.599.015	Contratos onerosos	—	881	1.549	1.549
Remuneração de participações societárias	9	32.141	24.265	32.141	Remuneração aos acionistas	21	688.014	672.684	688.014
Impostos e Contribuições	10	563.001	537.424	634.716	Obrigações com pessoal	22	171.639	421.927	171.639
Direito de resarcimento	—	27.955	26.656	27.955	Benefício pós emprego	22	—	—	—
Almoxarifado	146.225	145.923	147.529	147.342	Encargos setoriais	18	305.942	371.814	321.664
Instrumentos financeiros derivativos	31	—	373.606	—	Obrigações da Lei 14.182/2021	24	899.566	675.455	899.566
Outros	314.081	196.393	206.568	200.460	Arrendamentos	—	10.673	8.419	9.589
	6.706.809	5.747.825	6.933.995	5.971.032	Obrigações com a controladora	20	229.309	317.915	229.309
Ativos mantidos para venda	33	2.551.715	2.465.682	2.551.715	Outros	—	585.612	603.693	634.859
	9.258.524	8.213.507	9.485.710	8.436.714		4.717.804	4.626.773	5.095.511	5.011.959
					Passivos associados a ativos mantidos para venda	33	84.952	274.464	84.952
						—	4.802.756	4.901.237	5.180.463
									5.286.423
NÃO CIRCULANTE									
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO									
Direito de resarcimento	—	27.955	53.312	27.955	53.312	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	5.829.153	5.535.900
Clientes	8	431.393	443.693	431.393	443.693	Provisões para litígios	23	822.927	804.732
Títulos e valores mobiliários	7	117	127	117	127	Benefício pós-emprego	22	25.110	29.956
Impostos e Contribuições	10	120.569	106.498	125.378	111.336	Obrigações da Lei 14.182/2021	24	11.742.452	11.242.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	—	—	501.129	495.085	Contratos onerosos	—	4.289	7.028
Depósitos judiciais	—	440.815	449.628	595.695	635.415	Arrendamentos	—	7.689	17.028
Ativo contratual transmissão	12	10.217.193	9.161.932	10.433.913	9.161.932	Concessões a pagar - Uso do bem Público	—	—	7.971
Instrumentos financeiros derivativos	31	—	—	84.215	—	Encargos setoriais	18	—	176.251
Outros	—	549.029	540.957	549.029	540.958	Impostos e Contribuições	10	268.806	417.684
		11.787.071	10.756.147	12.748.824	11.441.858	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	859.642	767.935
						Obrigações com a controladora	20	1.065.993	1.295.302
						Outros	—	4.548	4.210
							—	532.604	691.019
							20.630.609	20.122.479	23.438.469
									23.449.983
INVESTIMENTOS									
Avaliados por equivalência patrimonial	13	6.241.081	5.955.585	5.203.668	5.327.495	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	20.336.184	20.336.184
Outros investimentos	—	61.490	—	61.490	—	Capital social	—	(1.377)	(1.377)
		6.302.571	5.955.585	5.265.158	5.327.495	Ações em tesouraria	—	(1.377)	(1.377)
IMOBILIZADO	14	2.280.517	2.025.046	5.933.026	5.841.142	Reservas de lucros	—	10.640.721	9.355.143
INTANGÍVEL	15	26.657.340	27.540.286	26.858.867	27.759.839	Outros resultados abrangentes acumulados	—	(122.870)	(223.095)
		47.027.499	46.277.064	50.805.875	50.370.334	Participação de acionistas controladores	30.852.658	29.466.855	30.852.658
						Participação de acionistas não controladores	—	819.995	603.787
TOTAL DO ATIVO	56.286.023	54.490.571	60.291.585	58.807.048	Total do patrimônio líquido	56.286.023	54.490.571	60.291.585	58.807.048

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de Reais

	Reservas de Lucros								Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado			
	Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes						
Em 31 de dezembro de 2022														
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	(17.658)	(17.658)	—	(17.658)			
Ajustes Benefício pós-emprego	—	—	—	—	—	—	—	75.751	75.751	—	75.751			
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	656.075	—	656.075	(11.528)	644.547			
Transações com acionistas:														
Ações em Tesouraria - Recompra de ações	—	(1.377)	—	—	—	—	—	—	(1.377)	—	(1.377)			
Aumento de Capital - Incorporação de ações	6.829.807	—	—	—	—	—	—	—	6.829.807	—	6.829.807			
Variações de Participação em Controlada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	615.315	615.315			
Constituições de reservas	—	—	27.187	(271.447)	112.335	131.925	—	—	—	—	—			
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	(129.138)	—	(129.138)	—	—	(129.138)			
Dividendo / JCP adicional	—	—	—	—	—	(658.862)	—	(658.862)	—	—	(658.862)			
Em 31 de dezembro de 2023	25	20.336.184	(1.377)	1.196.060	5.485.649	2.673.434	—	(223.095)	29.466.855	603.787	30.070.642			
Em 31 de dezembro de 2023	25	20.336.184	(1.377)	1.196.060	5.485.649	2.673.434	—							

continuação



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado		
	2023		2023		
	Nota	2024	Reclas-sificado	2024	Reclas-sificado
Receita operacional líquida					
Custos operacionais					
RESULTADO BRUTO					
Despesas operacionais					
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão					
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
RESULTADO FINANCEIRO					
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS					
Resultado das participações societárias					
Outras receitas e despesas					
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS					
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	12.203.365	10.967.944	13.294.895	11.196.129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(6.289.471)	(5.414.766)	(7.099.866)	(5.607.704)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Parcela Atribuída aos Controladores					
Parcela Atribuída aos Não Controladores					
RESULTADO POR AÇÃO (R\$)					
Resultado por ação - básico e diluído	26	12,45	3,90	12,45	3,90

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado		
	2023		2023		
	Nota	2024	2023	2024	2023
RECEITAS (DESPESAS)					
Venda de mercadorias, produtos e serviços	27	14.667.040	12.928.423	15.722.611	13.193.203
Receita de construção	27	796.597	642.678	1.007.766	642.678
PCE - Consumidores e Revendedores	28	(198.636)	(339.277)	(198.636)	(339.277)
Outras receitas e despesas operacionais		–	538.601	–	538.601
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Materiais, serviços e outros	28	(749.063)	(698.018)	(789.966)	(708.405)
Energia comprada para revenda	28	(635.060)	(200.696)	(689.731)	(249.391)
Encargos sobre uso da rede elétrica	28	(1.063.920)	(940.416)	(1.408.646)	(1.029.611)
Custo de Construção	28	(793.988)	(662.114)	(1.003.494)	(662.114)
Combustível para produção de energia elétrica	28	(1.702.267)	(1.452.528)	(1.702.267)	(1.452.528)
Provisões/Reversões operacionais	28	378.734	(415.374)	374.535	(415.378)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
RETENÇÕES					
Depreciação, amortização e exaustão	28	(1.390.037)	(1.470.112)	(1.568.568)	(1.515.885)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE					
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial		(289.564)	(185.931)	(277.780)	(174.066)
Receitas financeiras		534.140	526.484	561.700	533.715
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL					
Remuneração direta		593.177	987.305	618.117	990.575
Benefícios		135.026	12.187	135.026	12.187
FGTS		56.674	52.699	56.674	52.699
TRIBUTOS					
Federal		1.567.290	1.239.471	1.674.151	1.260.457
Estadual		560.823	710.972	572.193	713.818
Municipal		1.288	4.943	1.288	4.943
ENCARGOS SETORIAIS	27	2.129.401	1.955.386	2.247.632	1.979.218
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS					
Juros		3.625.550	482.936	3.832.033	543.849
Aluguéis		25.360	549.480	25.360	549.379
Outras		–	2.680.995	65.899	2.685.547
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS					
Lucros retidos		1.285.578	(131.925)	1.285.578	(131.925)
Participação dos não-controladores		–	–	(7.578)	(11.528)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO					
	2.091.578	656.075	2.084.000	644.547	
	9.553.976	8.271.720	10.027.524	8.361.542	

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado		
	2024		2023		
	Nota	2024	2023	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social					
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	28	1.390.037	1.470.112	1.568.568	1.515.885
Variações cambiais e monetárias líquidas	29	738.952	761.567	789.115	763.363
Encargos financeiros	29	2.027.566	1.810.318	2.212.349	1.866.609
Resultado da equivalência patrimonial		289.564	185.931	277.780	174.066
Outras receitas e despesas		–	(538.951)	–	(538.951)
Receitas da transmissão	27	(4.068.313)	(3.730.213)	(4.261.349)	(3.723.358)
Custo de construção - transmissão	28	793.988	662.114	1.003.494	662.114
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	12	(624.664)	350	(624.664)	350
Provisões (reversões) operacionais	28	(180.098)	754.651	(175.899)	754.655
Resultado da dívida protegida (hedge) e derivativos	29	373.605	613.256	373.605	613.256
Outras		(17.29)	205.941	(1.327)	202.064
		722.908	2.195.076	1.161.672	2.290.053
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes	8	(718.627)	(173.996)	(718.519)	(178.671)
Direito de resarcimento		24.058	21.885	24.058	21.885
Outros		(290.667)	256.097	(213.855)	256.097
		985.236	103.986	(908.316)	99.311
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores	17	(46.338)	133.564	(57.359)	137.288
Adiantamentos		(92.305)	–	(92.305)	–
Obrigações com pessoal		(170.671)	(494.776)	(254.431)	(495.243)
Encargos setoriais	27	(65.872)	(51.990)	(51.802)	(48.223)
Outros		(75.497)	394.038	(308.381)	389.650
		450.683	(19.164)	(764.278)	(16.528)
Pagamento de encargos financeiros	19	(793.253)	(683.511)	(783.253)	(758.157)
Recebimento da receita anual permitida - RAP		3.766.455	3.613.362	3.742.771	3.613.362
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	9	48.693	35.653	48.693	35.653
Pagamento de litígios		(111.095)	(103.418)	(111.095)	(103.418)
Cauções e depósitos vinculados		25.205	26.159	69.448	26.159
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(479.176)	(932.471)	(479.176)	(932.471)
Pagamento de previdência complementar		(29.224)	(44.100)	(29.224)	(44.100)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.054.854	4.919.045	4.281.992	4.921.932
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas	19	2.902.500	820.000	2.903.702	820.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal	19	(2.430.357)	(955.993)	(2.711.519)	(1.026.676)
Pagamento de remuneração aos acionistas	21	(669.770)	(739.297)	(669.770)	(739.297)
Pagamento de obrigações com CDE e revitalização de bacias - principal	24	(617.456)	(458.373)	(617.456)	(458.373)
Pagamento de arrendamentos - principal					

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Eletrobras Eletronorte") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Brasília - DF, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

A Eletronorte desenvolve atividades de construção e operação de usinas produtoras, construção e operação de linhas de transmissão e comercialização de energia elétrica. A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 21 de março de 2025.

NOTA 2 - DESTAQUES DE 2024

2.1. Leilão de Transmissão

Em março de 2024, a Eletrobras Eletronorte arrematou, 04 lotes no Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que terão 30 anos de prazo de concessão, incluindo licenciamento, construção e operação, conforme apresentado a seguir: Tabela 1 - Leilão de transmissão.

Empresa

	Contrato	RAP	Prazo (meses)
SPE Nova Era Catarina Transmissora S.A.	012/2024	162.400	60
SPE Nova Era Ceará Transmissora S.A.	006/2024	114.500	60
SPE Nova Era Integração Transmissora S.A.	008/2024	302.000	66
SPE Nova Era Teresina Transmissora S.A.	004/2024	11.640	42
Total	590.540		

2.2. Revisão Tarifária Periódica (RTP) e Receita Anual Permitida (RAP) 2024/2025

Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 624.664 na rubrica de Remensurações Regulatórias (maiores informações, nota 12).

2.3. Emissão de Debêntures

A Companhia concluiu, no ano de 2024, operações financeiras de que totalizaram, R\$ 2.902.500 em captação de recursos (maiores informações, nota 19).

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém, diretamente ou por meio das suas empresas controladas e controladas em conjunto, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão, informados abaixo:

Tabela 2 - Usinas hidrelétricas

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
002/2022	Tucuruí	8.535	PA	2052
001/2010	Belo Monte	2.752	PA	2045
002/2011	Teles Pires	1.820	PA	2047
002/2019	Balbina	250	AM	2027
005/2011	Samuel	217	RO	2032
001/2014	Sinop	197	MT	2050
002/2022	Curuá-Una	43	PA	2052
002/2022	Coaracy Nunes	78	AP	2052

*Informação não auditada.

Tabela 3 - Usinas termelétricas

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localiza-	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	Mauá 3	591	AM	2044
207/2019	Aparecida	166	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	Anori	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	Codajás	5	AM	2030
Registro CEG: UTE.				
GN.AM.000092-2.02	Anamã	2	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	Caapiranga	2	AM	2030

*Informação não auditada.

Tabela 4 - Sistema de transmissão

Contrato	Índice de reajuste	Nº de subestações	RAP do ciclo 2024/2025	Início da vigência	Final da vigência
058/2001	IPCA	48	8650	2.501.865	2013
007/2008	IPCA	2	36	14.932	2008
001/2009	IPCA	2	95	31.652	2009
002/2009	IPCA	1	0	22.674	2009
010/2009	IPCA	2	44	100.874	2009
012/2009	IPCA	2	111	319.447	2009
021/2009	IPCA	7	986	103.047	2009
022/2009	IPCA	3	547	55.534	2009
009/2010	IPCA	2	59	7.964	2010
004/2011	IPCA	1	0	9.487	2011
012/2011	IPCA	2	0	9.121	2011
013/2011	IPCA	1	0	2.916	2011
014/2012	IPCA	2	30	14.611	2012
Total		75	10.522	3.194.124	2042

*Informação não auditada.

NOTA 4 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ((IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS® (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia apresenta essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantidos para a venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

4.4.1. Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Tabela 5 - Novas normas e interpretações vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1 / CPC 26:	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de covenants como circulantes ou não circulantes.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Apresentação das Demonstrações Financeiras	Além disso, apenas os covenants que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7 / CPC 3:	Demonstração dos Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado Fluxos de Caixa (Reverse Factoring).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16 / CPC 6 (R2).	As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (Sale and Leaseback) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

4.4.2. Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 6 - Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requisimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requisimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as Companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

continuação



As controladas e controladas em conjunto estão domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes de sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Tabela 7 - Empresas controladas

	2024		2023	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Teles Pires Participações	50,56	–	50,56	–
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	0,90	51,92	0,90	51,92
Nova Era Teresina Transmissora	100,00	–	–	–
Nova Era Catarina Transmissora	100,00	–	–	–
Nova Era Integração Transmissora	100,00	–	–	–
Nova Era Ceará Transmissora	100,00	–	–	–

b) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6. Reclassificações

Após a apresentação das demonstrações contábeis de 2023, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar nas demonstrações do resultado do exercício os itens identificados no quadro abaixo:

Tabela 8 – Reclassificações - Demonstração de resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2023	2023	2023	2023	2023	2023
	Divul- gado	Reclas- ificação	Reclas- ificado	Divul- gado	Reclas- ificação	Reclas- ificado
DESPESAS OPERACIONAIS						
Provisões/Reversões operacionais	(754.651)	(285.264)	(1.039.915)	(754.655)	(285.264)	(1.039.919)
Outras despesas	(95.870)	533.954	438.084	(96.074)	533.954	437.880
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	374.453	248.690	623.143	347.183	248.690	595.873
Outras receitas e despesas	538.951	(248.690)	290.261	538.951	(248.690)	290.261
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	727.473	–	727.473	712.068	–	712.068

Reclassificação referente aos eventos ocorridos na aquisição de controle empresa da Teles Pires Participações no qual destacamos em rubricas específicas o efeito da participação societária pre-existente e os ganhos na alienação da investida Energética Águas da Pedra S.A.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Eletronorte utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inherentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletronorte e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Tabela 9 - Estimativas de Julgamentos

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Cientes	Avaliação de perda esperada de créditos.
12	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
13.2/16	Perdas em investimentos e Valor recuperável dos ativos de longo prazo	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
22	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
23	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 10 – Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2024	2023	2024	2023		
Caixa e Bancos	488	189	154.613	249		
Aplicações Financeiras	1.224.039	1.078.783	1.224.039	1.167.184		
	1.224.527	1.078.972	1.378.652	1.167.433		

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Prática Contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Tabela 11 – Títulos e Valores Mobiliários

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Operações compromissadas	411.256	–	411.256	–
Letra Financeira do Tesouro	188.612	169.419	188.612	169.419
Outros	2.206	550	2.206	550
	602.074	169.969	602.074	169.969
Não Circulante				
Outros	117	127	117	127
	117	127	117	127
	602.191	170.096	602.191	170.096

Até 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média ponderada da Companhia nas aplicações financeiras, cujos fundos são constituídos majoritariamente por títulos públicos federais, atingiu 100,38% do índice do CDI. A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31. As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (vide nota 29). Os recursos aplicados em títulos e valores mobiliários são mantidos com a finalidade de satisfazer compromissos de curto prazo da Companhia.

Prática Contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários, as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 7.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

NOTA 8 - CLIENTES

Tabela 12 - Clientes Controladora

	CONTROLADORA			2023		
	2024		Vencidos	2023		Vencidos
	A vencer	até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia	1.097.071	311.028	1.240.143	2.648.242	1.918.366	
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	167.880	322.598	2.509	492.987	308.528	
Uso da Rede Elétrica	290.125	32.661	97.715	420.501	391.615	
Parcelamento	342.755	68.372	1.117.240	1.528.367	1.273.726	
(-) PCE	(335.562)	(99.138)	(2.457.607)	(2.892.307)	(2.425.372)	
	1.562.269	635.521	–	2.197.790	1.466.863	
Não Circulante						
Parcelamento	705.516	–	–	705.516	986.115	
(-) PCE	(274.123)	–	–	(274.123)	(542.422)	
	431.393	–	–</			

continuação

**Prática contábil**

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas e controladas em conjunto, vide a nota 13, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Tabela 16 - Impostos e contribuições

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Ativo circulante	Passivo circulante						
IRPJ	212.362	246.973	—	—	225.581	262.177	2.711	—
CSLL	117.474	136.570	—	—	119.786	136.570	976	—
IRRF/CSRF	65.223	84.192	122.069	151.117	65.222	84.192	122.359	158.437
PIS/COFINS	—	—	209.516	165.761	52.304	3.801	267.919	165.761
INSS/FGTS	121	1.993	12.695	(17.442)	121	1.993	15.946	(17.442)
ICMS	167.676	67.551	—	—	167.906	68.691	1.446	—
ISS	145	—	2.074	50	145	—	2.246	50
PAES/REFIS	—	—	8.410	—	—	—	8.410	—
Outros	—	145	28.152	10.049	3.651	1.597	28.306	10.049
	563.001	537.424	382.916	309.535	634.716	559.021	450.319	316.855
	Ativo não circulante	Passivo não circulante						
IR/CS	—	—	32.766	79.889	4.809	4.838	32.766	79.889
PIS/COFINS	—	—	236.040	337.795	—	—	236.040	337.795
ICMS	120.569	106.498	—	—	120.569	106.498	—	—
	120.569	106.498	268.806	417.684	125.378	111.336	268.806	417.684

10.1. Demais assuntos tributários

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Eletronorte: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avale se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletronorte avaliou as suas operações e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

11.1. Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tabela 17 - IRPJ e CSLL diferidos

	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Diferenças tributárias por meio do resultado				
Perda estimada em créditos	688.562	697.453	688.562	697.453
Provisão operacional	390.359	255.754	394.711	255.754
Créd. tributário s/ prejuízo fiscal e base negativa	—	48.056	272.616	320.312
Provisão para litígios	5.438	8.802	25.610	23.265
Impairment	22.692	132.810	22.692	132.810
Ativo contratual	(1.343.598)	(1.213.246)	(1.343.598)	(1.213.246)
Repactuação do risco hidrológico	(534.731)	(555.421)	(534.731)	(365.986)
Outros	(83.498)	(142.143)	117.746	(123.212)
Diferenças tributárias por meio de outros resultados abrangentes	(4.866)	—	(4.866)	—
Créditos tributários s/ perdas atuariais	(859.642)	(767.935)	(361.258)	(272.850)
Créditos diferidos ¹				
Imposto de renda	679.963	722.041	1.046.422	1.095.586
Contribuição social	427.649	423.957	559.574	558.433
Débitos diferidos	(1.207.696)	(1.174.963)	(1.207.696)	(1.184.475)
Imposto de renda	(759.558)	(738.970)	(759.558)	(742.394)
Contribuição social	(859.642)	(767.935)	(361.258)	(272.850)

¹ Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada por exercício futuro é:

Tabela 18 - Realização esperada

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
2026	53.064	94.774		
2027	53.064	57.511		
2028	53.961	65.447		
2029	35.175	48.490		
2030	35.175	103.851		
Após 2029	(1.090.081)	(731.331)		
	(859.642)	(361.258)		

11.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 19 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Resultado operacional antes dos tributos	2.340.260	727.473	2.334.750	700.203
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(795.688)	(247.341)	(793.815)	(238.069)
Efeitos de adições e exclusões:				
Equivalência patrimonial	(98.452)	(68.166)	(94.445)	(68.166)
Compensação de prejuízo fiscal - base negativa	97.002	107.427	97.002	107.427
Remuneração de JCP	274.040	267.920	274.040	267.920
Incentivos fiscais	295.168	112.335	297.331	112.335
Impacto da alteração da alíquota - Incentivo Fiscal	(30.112)	170.761	(39.767)	170.761
Demais adições e exclusões permanentes	9.360	(414.334)	8.904	(419.729)
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	(248.682)	(71.398)	(250.750)	(67.521)
Aliquota efetiva (%) das Operações	10.63	9.81	10.74	9.64

Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal.

O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

NOTA 12 - ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Tabela 20 – Mutação do ativo contratual

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
2024	2023	2024	2023	

<tbl_r cells="3" ix="1" maxcspan="2" maxrspan="2"

continuação



de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAP futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com a construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

Estimativas e julgamentos críticos

Para efeitos dos reconhecimentos contábeis do ativo contratual, no início da concessão, a RAP é separada em duas partes:

NOTA 13 - INVESTIMENTOS

13.1. Mutação dos investimentos

Tabela 21 – Mutação investimentos controladora - corrente

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	2023	Transferência	CONTROLADORA		Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	Perda/ Reversão estimada em investimentos	2024
				Integralização de Capital e AFAC	Outros resultados abrangentes				
Controlladas									
Teles Pires Participações - TPP	50,56	611.558	–	237.370	–	–	(13.312)	–	835.616
Nova Era Teresina Transmissora	100,00	–	–	63.004	30.130	–	2.347	–	95.481
Nova Era Catarina Transmissora	100,00	–	–	1.069	274	–	(251)	–	1.092
Nova Era Integração Transmissora	100,00	–	–	31.011	42.032	–	1.752	–	74.795
Nova Era Ceará Transmissora	100,00	–	–	4.437	11.779	–	621	–	16.837
		<u>611.558</u>	<u>–</u>	<u>336.891</u>	<u>84.215</u>	<u>–</u>	<u>(8.843)</u>	<u>–</u>	<u>1.023.821</u>
Controladas em conjunto									
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	1.075.772	–	–	–	(53.611)	145.945	–	1.168.106
Norte Energia S.A.	34,98	3.702.115	–	–	–	–	(584.513)	230.884	3.348.486
Companhia Energética Sinop	24,50	319.538	–	–	–	(2.958)	12.479	(20.362)	308.697
Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP	0,90	16.532	–	–	–	1	(2.941)	–	13.592
Transnorte Energia S.A.	50,38	230.070	–	–	–	–	148.309	–	378.379
		<u>5.113.957</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>(56.568)</u>	<u>(429.030)</u>	<u>210.522</u>	<u>4.838.881</u>
Outros Investimentos									
		<u>–</u>	<u>61.490</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>61.490</u>
		<u>–</u>	<u>61.490</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>61.490</u>
		<u>5.955.585</u>	<u>–</u>	<u>336.891</u>	<u>84.215</u>	<u>(56.568)</u>	<u>(289.564)</u>	<u>210.522</u>	<u>6.302.571</u>

Tabela 22 – Mutação investimentos controladora - comparativo

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	2022	CONTROLADORA		Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	Perda/ Reversão estimada em investimentos	2023
			Integralização de Capital	Aquisição de controle de investida				
Controllada								
Teles Pires Participações - TPP	50,56	–	26.800	596.547	–	(11.789)	–	611.558
		<u>–</u>	<u>26.800</u>	<u>596.547</u>	<u>–</u>	<u>(11.789)</u>	<u>–</u>	<u>611.558</u>
Controlada em conjunto								
Norte Energia S.A.	19,98	4.241.867	–	–	–	(303.787)	(235.966)	3.702.115
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	1.002.905	–	–	(31.545)	104.412	–	1.075.772
Companhia Energética Sinop	24,50	263.221	–	–	–	(13.521)	69.838	319.538
Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP	0,90	–	–	16.608	–	(76)	–	16.532
		<u>5.507.993</u>	<u>–</u>	<u>16.608</u>	<u>(31.545)</u>	<u>(212.972)</u>	<u>(166.128)</u>	<u>5.113.957</u>
Coligada								
Transnorte Energia S.A.	49,00	39.627	28.826	–	–	38.830	122.787	230.070
		<u>39.627</u>	<u>28.826</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>38.830</u>	<u>122.787</u>	<u>230.070</u>
		<u>5.547.620</u>	<u>55.626</u>	<u>613.155</u>	<u>(31.545)</u>	<u>(185.931)</u>	<u>(43.341)</u>	<u>5.955.585</u>

Tabela 23 – Mutação investimentos consolidado - corrente

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	2023	CONSOLIDADO		Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	Perda/ Reversão estimada em investimentos	2024
			Participações %	Transferência				
Controllada em conjunto								
Norte Energia S.A.	34,98	3.702.115	–	–	(584.513)	230.884	3.348.486	
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	1.075.772	–	(53.611)	145.945	–	1.168.106	
Companhia Energética Sinop	24,50	319.538	–	(2.958)	12.479	(20.362)	308.697	
		<u>5.097.425</u>	<u>–</u>	<u>(56.569)</u>	<u>(426.089)</u>	<u>210.522</u>	<u>4.825.289</u>	
Coligada								
Transnorte Energia S.A.	50,38	230.070	–	–	148.309	–	378.379	
		<u>230.070</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>148.309</u>	<u>–</u>	<u>378.379</u>	
Outros Investimentos								
		<u>–</u>	<u>61.490</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>61.490</u>
		<u>–</u>	<u>61.490</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>61.490</u>
		<u>5.327.495</u>	<u>61.490</u>	<u>(56.569)</u>	<u>(277.780)</u>	<u>210.522</u>	<u>5.265.158</u>	

Tabela 24 – Mutação investimentos consolidado - comparativo

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	2022	CONSOLIDADO		Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	Perda/ Reversão estimada em investimentos	2023
			Integralização de Capital	Dividendos a receber				
Controllada em conjunto								
Norte Energia S.A.	34,98	4.241.867	–	–	(303.787)	–	(235.966)	3.702.115
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	1.002.905	–	(31.545)	104.412	–	–	1.075.772
Companhia Energética Sinop	24,50	263.221	–	–	(13.521)	69.838	319.538	
		<u>5.507.993</u>	<u>–</u>	<u>(31.545)</u>	<u>(212.896)</u>	<u>–</u>	<u>(166.128)</u>	<u>5.097.425</u>
Coligada								
Transnorte Energia S.A.	50,38	39.627	28.826	–	38.830	–	122.787	230.070
		<u>39.627</u>	<u>28.826</u>	<u>–</u>	<u>38.830</u>	<u>–</u>	<u>122.787</u>	<u>230.070</u>
		<u>5.547.620</u>	<u>28.826</u>	<u>(31.545)</u>	<u>(174.066)</u>	<u>–</u>	<u>(43.341)</u>	<u>5.327.495</b</u>

continuação



Tabela 26 – Mutação do imobilizado - Controladora - corrente

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a %	2,09	2,55	3,06	–	–	–	2,26	–
Custo	7.407.312	3.671.443	18.859.412	–	872.617	1.070.257	(324.130)	31.556.911
Depreciação Acumulada e Impairment ¹	(6.938.313)	(2.793.105)	(18.516.248)	(501.957)	–	(1.053.390)	271.148	(29.531.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	468.999	878.338	343.164	(501.957)	872.617	16.867	(52.982)	2.025.046
Adição / Constituição	–	–	–	–	358.844	–	–	358.844
Baixas / Reversões	–	–	(1.273)	261.886	–	–	(13)	260.600
Depreciação	(180.639)	(69.003)	(100.861)	–	–	(13.139)	187	(363.455)
Transferências	–	2.787	190.137	–	(190.592)	–	(2.850)	(518)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	288.360	812.122	431.167	(240.071)	1.040.869	3.728	(55.658)	2.280.517
Custo	7.407.312	3.674.230	19.044.686	–	1.040.869	1.070.257	(327.232)	31.910.122
Depreciação Acumulada e Impairment ¹	(7.118.952)	(2.862.108)	(18.613.519)	(240.071)	–	(1.066.529)	271.574	(29.629.605)

¹Impairment – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Tabela 27 – Mutação do imobilizado - Controladora - comparativo

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a %	2,09	2,55	3,06	–	–	–	2,26	–
Custo	7.562.459	3.670.280	19.921.835	–	855.149	1.781.114	(317.969)	33.472.868
Depreciação Acumulada e Impairment ¹	(6.757.759)	(2.724.101)	(18.336.069)	(307.237)	–	(987.361)	271.149	(28.841.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	804.700	946.179	1.585.766	(307.237)	855.149	793.753	(46.820)	4.631.490
Adição / Constituição	–	288	11.006	(261.886)	1.299.811	–	(3.007)	1.046.212
Baixas / Reversões	–	–	(44.319)	–	(16.211)	–	(458)	(60.988)
Depreciação	(180.554)	(69.004)	(180.179)	–	–	(66.029)	(1)	(495.767)
Transferências	11.309	875	346.096	67.166	(1.117.155)	–	–	(691.709)
Transferências de ativos mantidos para venda	(166.456)	–	(1.375.206)	–	(148.977)	(710.857)	(2.696)	(2.404.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	468.999	878.338	343.164	(501.957)	872.617	16.867	(52.982)	2.025.046
Custo	7.407.312	3.671.443	18.859.412	–	872.617	1.070.257	(324.130)	31.556.911
Depreciação Acumulada e Impairment ¹	(6.938.313)	(2.793.105)	(18.516.248)	(501.957)	–	(1.053.390)	271.148	(29.531.865)

¹Impairment – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Tabela 28 - Mutação do imobilizado - Consolidado - corrente

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a %	2,09	2,55	3,06	–	–	–	2,26	–
Custo	10.023.287	4.731.441	18.859.412	–	886.713	1.070.652	(94.389)	35.477.116
Depreciação Acumulada e Impairment	(6.967.175)	(2.805.322)	(18.516.248)	(501.957)	–	(1.053.535)	208.263	(29.635.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.056.112	1.926.119	343.164	(501.957)	886.713	17.117	113.874	5.841.142
Adição / Constituição	39	–	–	–	367.277	4	178	367.498
Baixas / Reversões	–	–	(1.273)	261.886	–	–	(13)	260.600
Depreciação	(295.859)	(118.012)	(100.861)	–	–	(13.365)	(7.599)	(535.696)
Transferências	2.787	190.137	–	–	(190.592)	–	(2.850)	(518)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.760.292	1.810.894	431.167	(240.071)	1.063.398	3.756	103.590	5.933.026
Custo	10.023.287	4.734.228	19.044.686	–	1.063.398	1.070.656	(97.313)	35.838.981
Depreciação Acumulada e Impairment	(6.967.175)	(2.923.334)	(18.613.519)	(240.071)	–	(1.066.900)	200.903	(29.905.955)

¹Impairment – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Tabela 29 - Mutação do imobilizado - Consolidado - comparativo

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a %	2,09	2,55	3,06	–	–	–	2,26	–
Custo	7.562.459	3.670.275	19.921.835	–	855.149	1.781.113	(317.963)	33.472.868
Depreciação Acumulada e Impairment ¹	(6.757.759)	(2.724.101)	(18.336.069)	(307.237)	–	(987.361)	271.149	(28.841.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	804.700	946.174	1.585.766	(307.237)	855.149	793.752	(46.814)	4.631.490
Aquisição de controle de investidas	2.615.975	1.060.003	–	–	12.909	378	168.796	3.858.061
Adição / Constituição	–	288	11.006	(261.886)	1.300.998	18	(3.007)	1.047.417
Baixas / Reversões	–	–	(44.319)	–	(16.211)	–	(459)	(60.989)
Depreciação	(209.416)	(81.221)	(180.179)	–	–	(66.174)	(1.946)	(538.936)
Transferências	11.309	875	346.096	67.166	(1.117.155)	–	–	(691.709)
Transferências de ativos mantidos para venda	(166.456)	–	(1.375.206)	–	(148.977)	(710.857)	(2.696)	(2.404.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.056.112	1.926.119	343.164	(501.957)	886.713	17.117	113.874	5.841.142
Custo	10.023.287	4.731.441	18.859.412	–	886.713	1.070.652	(155.329)	35.416.176
Depreciação Acumulada e Impairment ¹	(6.967.175)	(2.805.322)	(18.516.248)	(501.957)	–	(1.053.535)	269.203	(29.575.034)

¹Impairment – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.**Prática contábil**

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 16.

Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de

continuação



Tabela 33 – Mutação do intangível - Consolidado - comparativo

	CONSOLIDADO			
	Direito de exploração	Intangível em curso	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a.%	3,33	–	3,00	–
Custo	29.481.105	20.915	160.734	29.662.754
Amortização Acumulada e Impairment ¹	(1.110.144)	–	(130.738)	(1.240.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.370.961	20.915	29.996	28.421.872
Aquisição de controle de investidas	220.938	1	1.218	222.157
Adição / Constituição	–	63.343	–	63.343
Baixas / Reversões	–	(179)	–	(179)
Amortizações	(975.276)	–	(1.673)	(976.949)
Transferências	–	29.595	–	29.595
Saldo 31 de dezembro de 2023	27.616.623	113.675	29.541	27.759.839
Custo	29.773.394	113.675	186.038	30.073.107
Amortização Acumulada e Impairment ¹	(2.156.771)	–	(156.497)	(2.313.268)

Impairment – Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.**Prática Contábil**

Os ativos intangíveis são mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido, ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 16 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa estimados. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos e projeções das unidades geradoras de caixa.

As principais premissas adotadas para os testes de impairment são taxa de desconto, dados observáveis da economia, receitas e despesas projetadas e a determinação das unidades geradoras de caixa ("UGC"). O detalhamento está divulgado nas estimativas e julgamentos críticos.

As movimentações de impairment nas UGC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstradas abaixo:

Tabela 34 - Movimentação de impairment - corrente

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
Unidades Geradoras de Caixa	2023	Adições/(Reversões)	2024
Braço hidráulico - Eletronorte	261.886	(261.886)	–
Outros	240.071	–	240.071
501.957	(261.886)	240.071	

Tabela 35 - Movimentação de impairment - comparativo

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
Unidades Geradoras de Caixa	2022	Adições/(Reversões)	2023
Braço hidráulico - Eletronorte	–	261.886	261.886
Outros	307.237	(67.166)	240.071
307.237	194.720	501.957	

Prática Contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

Até o exercício 2023, a Companhia tratava cada uma de suas usinas de geração elétrica como UGC para fins do teste de impairment. Com o avanço do processo de comercialização de energia elétrica da Companhia, possibilitada pela renovação das concessões e a consequente descotização das usinas hidrelétricas, houve elevação gradual do volume de energia descontratada. Desta forma, a venda de energia passou a ser considerada em blocos, gerando entradas de caixa sem identificação individual às usinas de geração hidrelétrica.

Segundo o CPC 01 - Redução ao valor recuperável, a Companhia passou a considerar, a partir de 2024, como UGC, o conjunto de ativos de geração hidrelétrica por subsidiária, por representar o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Para os ativos eólicos, a Companhia considera cada parque como uma UGC, em razão, principalmente, do compartilhamento operacional dos ativos nos parques eólicos.

Essa alteração foi realizada como uma mudança de estimativa, conforme definido pelo CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

As UGC da Companhia com movimentação nos saldos de impairment estão apresentados na Tabela 35. O valor recuperável de cada UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação das suas UGC e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximaria do valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, a Companhia adota o valor em uso como o valor recuperável das suas UGC.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir para o cálculo do valor em uso:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os UGCs testados foi de 8,18%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Planejamento Estratégico para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras.

NOTA 17 - FORNECEDORES

Tabela 36 - Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	437.559	487.816	446.520	491.093
Energia Comprada para Revenda	265.866	260.523	314.759	260.523
CCEE - Energia de curto prazo	–	1.424	–	67.022
703.425	749.763	761.279	818.638	

Prática Contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 18 - ENCARGOS SETORIAIS

Tabela 37 - Encargos Setoriais - Controladora

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	2024	2023	2024	2023
Circulante						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	114.614	224.832	116.315	226.942	108.954	76.673
Quota CDE	34.067	23.559	47.286	26.778	34.032	37.109
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	4.325	5.580	4.949	6.155	3.950	4.061
Quota PROINFA	305.942	371.814	321.664	377.718	305.942	371.814
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica						
Quota RGR						
Não circulante						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE	–	–	19.787	15.535	–	–
Quota PROINFA	–	–	19.787	15.535	–	–
Reserva Global de Reversão – RGR	305.942	371.814	341.451	393.253		

18.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Por sua vez a Aneel, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do Despacho nº 904/2021 e da Resolução Normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) o percentual de 0,28%.

18.2. Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico criado em 1957 que tem como objetivo financiar projetos de melhoria e expansão do setor energético. A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

18.3. Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt-hora, multiplicado pela TAR - Tarifa Atualizada de Referência, fixada pela ANEEL.

18.4. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é uma cobrança criada no Brasil para custear políticas públicas no setor de energia elétrica, com o objetivo de promover a universalização do acesso à energia, o desenvolvimento de fontes alternativas e o financiamento de subsídios para consumidores de baixa renda, entre outras ações do setor. O ingresso e repasse desse recurso não afeta o resultado contábil da Companhia.

18.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com as legislações aplicáveis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

continuação

**Captações de recursos**

Nos meses de abril, junho e outubro de 2024, a Companhia concluiu a emissão de debêntures, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 41 - Emissões de debêntures

Operação	5ª Emissão	6ª Emissão	6ª Emissão
Série	Debêntures Única	Debêntures 1ª Série	Debêntures 2ª Série
Tipo	Incentivadas	–	–
Taxa (% a.a.)	IPCA + 6,34	DI + 0,85	DI + 1,05
Montante (R\$)	1.000.000	1.336.250	566.250
Vencimento	15/4/2031	15/9/2031	15/9/2034

Amortização da dívida

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia liquidou a debêntures simples *intercompany* com a Eletrobras no montante de R\$ 2.012.750 (principal e encargos).

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm seus vencimentos assim programados:

Tabela 42 – Amortização da dívida de longo prazo - Controladora e Consolidado

CONTROLADORA					
2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
774.441	724.684	485.318	74.440	3.770.270	5.829.153

CONSOLIDADO					
2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
948.425	900.233	662.504	253.073	4.878.077	7.642.312

19.2. Garantias**Tabela 43 - Garantias**

EMPRESAS INVESTIDAS	Saldo Devedor Garantido em 2024	Término da Garantia
UHE SINOP	74.238	2032

19.3. Obrigações Assumidas - Covenants

A Eletronorte possui cláusulas de covenants em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros). Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Prática Contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 20 - OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

Em dezembro de 2021, a Eletrobras celebrou um Termo de Renegociação de Dívida com a Eletronorte, com prazo de 60 meses, decorrente do processo de incorporação da Amazonas GT. Esta renegociação originou-se dos processos nº 0039286-87.2009.4.01.3400 e nº 0013391-90.2010.4.01.3400, envolvendo a Amazonas Energia S.A. e os produtores independentes *El Paso* Rio Negro e *El Paso* Amazonas, em ações monitorias identificadas. O contrato é atualizado mensalmente pelo CDI, acrescido de 1,5% ao ano.

Em dezembro de 2021, também foram firmados contratos de renegociação de dívidas com a controladora, em 107 parcelas, referentes à dívida de dividendos de 2014. O contrato é atualizado mensalmente pelo CDI, acrescido de 1,75% ao ano.

A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

Tabela 44 - Obrigações com a controladora

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	1.613.217	1.890.628
Pagamento de principal	(298.102)	(275.171)
Pagamento de juros	(213.710)	(257.317)
Encargos da dívida	193.897	255.377
Saldo em 31 de dezembro	1.295.302	1.613.517
Passivo Circulante	229.309	317.915
Passivo Não Circulante	1.065.993	1.295.302
Total	1.295.302	1.613.217

Prática Contábil

As obrigações com a controladora foram reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representaram os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros e atualizações monetárias) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 21 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**Tabela 45 – Movimentação da remuneração aos acionistas**

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	672.684	742.182
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de dividendos / JCP	(669.770)	(739.298)
Efeito não caixa:		
Dividendos adicionais propostos	379.353	658.862
Dividendos mínimos obrigatórios	426.647	129.138
Tributos retidos	(120.900)	(118.200)
Saldo em 31 de dezembro	688.014	672.684

Prática Contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 22 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**22.1. Benefício pós emprego**

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletrobras Eletronorte) oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Salgado.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência

aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados da Companhia.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

Tabela 46 - Benefício pós-emprego

CONSOLIDADO	2024	2023
Planos de benefícios previdenciários	(50.220)	(35.957)
Planos de saúde e seguro de vida	25.110	29.956
Total das obrigações de benefício pós emprego	(25.110)	29.956
Circulante	–	–
Não circulante	25.110	29.956
	25.110	29.956

A redução do Plano de saúde foi decorrente do novo PDC, devido à Companhia ter optado em indemnizar os colaboradores que aderiram ao Plano, na forma de pagamento em pecúnia, diferente do anterior, onde a Companhia concedeu três anos do benefício, reconhecendo as obrigações no balanço patrimonial.

22.1.1. Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Tabela 47 - Balanço Patrimonial - Planos previdenciários

CONSOLIDADO	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	410.055	503.517
Teto do ativo (a)	743.562	649.599
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(1.203.837)	(1.189.073)
Valores Disponíveis Imediatos	245	236
Realizáveis	79.498	74.516
Investimentos em Renda Fixa	3.485.537	3.655.985
Investimentos em Renda Variável	296.697	177.429
Investimentos Imobiliários	49.559	49.813
Investimentos Estruturados	229.026	350.972
Emprestimos e Financiamentos	77.268	90.864
Fundo previdencial - Destinação de reserva	103.483	92.504
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(3.019.429)	(3.207.104)
(-) Exigíveis Operacionais	(15.182)	(16.310)
(-) Exigíveis Contingenciais	(907)	(772)
(-) Fundos de Investimentos	–	–
(-) Fundos Administrativos	–	–
(-) Fundos Previdenciais	(79.498)	(74.516)
Passivo (Ativo) líquido (a) + (b)	(50.220)	(35.957)

CONSOLIDADO

CONSOLIDADO	2024	2023

</tbl

continuação



A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

22.1.3. Planos de saúde e seguro de vida

Tabela 52 - Planos de saúde e seguro de vida

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Passivo líquido	25.110	29.956
	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Custos dos juros líquidos	2.689	2.160
Despesa atuarial reconhecida no exercício	2.689	2.160

(a) Valor presente das obrigações atuariais

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes aos planos de saúde e seguro de vida, são as seguintes:

Tabela 53 - Movimentação passivos atuariais - assistenciais

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	29.956	21.233
Custo de serviço corrente	—	—
Juros sobre a obrigação atuarial	2.689	2.160
Benefícios pagos no ano	(1.364)	(1.959)
Ganho/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(6.170)	8.522
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(8.433)	3.184
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(4.464)	2.735
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	6.727	2.603
Saldo em 31 de dezembro	25.110	29.956

22.1.4. Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

Tabela 54 - Resultados consolidados atuariais

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Ganhos/Perdas atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	20.876	75.751

22.1.5. Contribuições patronais

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Tabela 55 - Programa previdenciário

	2025	2026	2027	2028	2028 em diante	Total
Consolidado	46.283	41.783	37.664	33.881	250.443	410.055

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Tabela 56 - Sensibilidade

	CONSOLIDADO	
	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(25.899)	29.522
Expectativa de crescimento salarial	429	—

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

22.1. Obrigações com pessoal

Tabela 57 - Obrigação estimada

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Circulante	99.996	52.326
Provisão de férias	(7.697)	165.273
Processos de desligamento	(423.604)	28.408
Folha de Pagamento	15.109	74.361
Encargos sobre folha de pagamento	12.683	19.037
Encargos sobre férias	63.874	68.770
Participações nos Lucros/Resultados	30.626	10.646
Outros	(209.013)	418.821

Prática Contábil

Planos previdenciários

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Nesse tipo de plano, é necessário identificar os planos que possuem déficits sendo equacionados e se os participantes e/ou assistidos custeiam uma parcela desse déficit. Para os casos em que possuem equacionamento em curso, o valor presente das obrigações de benefício definido é calculado considerando as contribuições de empregados ou de terceiros, que reduzem o custo final dos benefícios de pós-emprego ofertados pelas patrocinadoras, que representa o conceito de Risk Sharing.

Os planos que não possuem equacionamento em curso, a Companhia registra como obrigação o excedente a diferença entre o saldo da obrigação atual e o saldo do valor justo dos ativos, não considerando a aplicação do compartilhamento de riscos (Risk Sharing), segundo a orientação do CPAO N° 013 - Risk Sharing" - Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de plano de aposentadoria de entidades fechadas da previdência complementar e seus impactos no balanço das empresas patrocinadoras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais, do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

NOTA 23 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

23.1. Provisões para Litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 58 - Provisões para Litígios

	CONTROLOADORA	CONSOLIDADO
	2024	2023
Cíveis	589.151	591.153
Trabalhistas	97.401	70.604
Tributárias	21.024	15.996
Regulatórios	115.351	126.979
	822.927	804.732
	2024	2023
	804.732	804.732

As provisões tiveram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte evolução:

Tabela 59 - Mutação da provisão para litígios

	CONTROLOADORA	CONSOLIDADO
	2024	2024
Saldo em 01 de janeiro	96.611	96.648
Constituição de provisões	(35.881)	(35.880)
Reversão de provisões	68.559	72.721
Atualização monetária (financeira)	(111.095)	(111.733)
Pagamentos/Baixas		
Saldo em 31 de dezembro	822.927	1.090.507

As provisões para litígios relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são discutidos a seguir:

23.1. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R\$ 851.680 (R\$ 850.860 em 31 de dezembro de 2023), sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos. Nos processos cíveis discutem-se, conforme principal processo descrito abaixo:

A Companhia ajuizou ações de desapropriação para indemnizar proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), com a maioria dos processos em fase de cumprimento de sentença. Há discussões sobre a legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, com o Ministério Público Federal contestando esses títulos em Ação Civil Pública.

23.2. Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Tabela 60 - Passivos Contingentes

	CONTROLOADORA	CONSOLIDADO
	2024	2023

<tbl_r cells="3" ix="1

continuação



Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos internos e externos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 24 - OBRIGAÇÕES LEI N° 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

Tabela 61 - Obrigações Lei nº 14.182/2021

CONTROLADORA/CONSOLIDADO						
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		Revitalização das Bacias Hidrográficas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	9.656.672	8.757.222	2.261.487	2.327.621	11.918.159	11.084.843
Efeito no fluxo de caixa:						
Amortização do principal	(331.933)	(171.764)	(285.523)	(286.609)	(617.456)	(458.373)
Juros pagos	(47.699)	(10.882)	(26.056)	(11.206)	(73.755)	(22.088)
Efeito não caixa:						
Atualização monetária	472.250	407.452	97.125	111.850	569.375	519.302
Encargos	731.115	674.644	114.580	119.831	845.695	794.475
Saldo em 31 de dezembro	10.480.405	9.656.672	2.161.613	2.261.487	12.642.018	11.918.159
Circulante	574.432	365.306	325.134	310.149	899.566	675.455
Não circulante	9.905.973	9.291.366	1.836.479	1.951.338	11.742.452	11.242.704

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

Tabela 62 - Vencimentos a valor presente – controladora e consolidado

CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²	Total
2025	574.432	325.134	899.566
2026	712.068	308.179	1.020.247
2027	827.443	291.642	1.119.085
2028	769.209	275.992	1.045.201
2029	715.073	261.182	976.255
2030	664.747	247.167	911.914
Após 2030	6.217.433	452.317	6.669.750
	10.480.405	2.161.613	12.642.018

¹ Final em 2047; e

² Final em 2032.

O fluxo nominal de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA. Estão divulgados na nota de instrumentos financeiros, vide nota 31.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada pela resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.336.184 (R\$ 20.336.184 em 31 de dezembro de 2023) e suas ações não têm valor nominal.

Quadro da composição acionária:

Tabela 63 - Patrimônio Líquido

ACIONISTA	2024		2023		2023	
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	168.034.038	100	20.337.500	168.034.038	100	20.337.500
Ações em tesouraria	10.713	—	(1.316)	10.713	—	(1.316)
	168.044.751	100	20.336.184	168.044.751	100	20.336.184

25.1 Reservas de lucros

25.1.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

25.1.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

25.1.3 - Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

25.2 - Destinação do resultado

Tabela 64 - Destinação do resultado

	2024	2023
Saldo para destinação do exercício	2.091.578	656.075
Reserva Legal	(89.821)	(27.187)
Reserva de Incentivo Fiscal	(295.168)	(112.335)
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	(426.647)	(129.138)
Dividendo / JCP adicional	(379.353)	(658.862)
Subtotal a distribuir	900.589	(271.447)
Reserva de Retenção de Lucros	(900.589)	271.447
Saldo a distribuir do exercício	—	—

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Tabela 65 - Resultado por ação

Numerador	2024		2023	
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.091.578	656.075	2.091.578	656.075
Lucro do exercício	2.091.578	656.075	2.091.578	656.075
Denominador	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
Média ponderada da quantidade de ações em mil	168.034	168.034	100	100
% de ações em relação ao total	100	100	12.45	3.90
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	12.45	3.90	12.45	3.90

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico e diluído por ação, a Companhia divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante exercício.

NOTA 27 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 66 - Receita Operacional Líquida

CONTROLOADORA	CONSOLIDADO			
	2024	2023	2024	2023
Geração				
Suprimento (a)	7.505.578	7.121.669	8.545.354	7.393.304
Fornecimento	1.527.924	1.516.973	1.527.924	1.516.973
CCEE	1.625.258	1.024.743	1.655.620	1.024.743
Receita de operação e manutenção	25.626	34.106	25.626	34.106
	10.684.386	9.697.491	11.754.524	9.969.126
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	1.986.772	1.815.560	1.963.088	1.808.705
Receita de construção	796.597	642.678	1.007.766	642.6

continuação



Tabela 68 - Custos e despesas operacionais - Consolidado

	CONSOLIDADO					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(383.331)	(513.295)	(896.626)	(417.356)	(649.358)	(1.066.714)
Plano de demissão voluntária	–	(55.512)	(55.512)	–	(164.237)	(164.237)
Material	(90.278)	(2.798)	(93.076)	(106.235)	1.009	(105.226)
Serviços	(198.901)	(237.497)	(436.398)	(249.560)	(219.138)	(468.698)
Energia comprada para revenda (a)	(689.731)	–	(689.731)	(249.391)	–	(249.391)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.408.646)	–	(1.408.646)	(1.029.611)	–	(1.029.611)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.702.267)	–	(1.702.267)	(1.452.528)	–	(1.452.528)
Construção (b)	(1.003.494)	–	(1.003.494)	(662.114)	–	(662.114)
Depreciação e amortização	(1.481.260)	(87.308)	(1.568.568)	(1.438.677)	(77.208)	(1.515.885)
Doações e contribuições	–	(32.411)	(32.411)	–	(36.175)	(36.175)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (28.1)	–	175.899	175.899	–	(1.039.919)	(1.039.919)
Outros	(141.958)	(111.483)	(253.441)	(2.232)	437.879	435.647
	(7.099.866)	(864.405)	(7.964.271)	(5.607.704)	(1.747.147)	(7.354.851)

(a) A variação nos custos com energia comprada para revenda foi reflexo do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados ao aumento da garantia física ocorrida nos meses de julho e agosto, em razão da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias; e
(b) O aumento ocorrido no exercício de 2024, deve-se principalmente ao início das obras em suas controladas de transmissão.

28.1. Provisões/Reversões Operacionais

Tabela 69 - Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Reversões de litígios	(86.076)	(162.501)	(90.275)	(162.504)
Contratos onerosos	3.407	(8.577)	3.407	(8.577)
Perdas estimadas em investimentos (a)	210.522	(328.605)	210.522	(328.605)
Custos / Despesas atuariais	(3.638)	–	(3.638)	–
PCE - Consumidores e revendedores (b)	(198.636)	(339.277)	(198.636)	(339.277)
Impairment (c)	261.886	(261.886)	261.886	(261.886)
Outras	(7.418)	60.931	(7.418)	60.930
	180.098	(1.039.915)	175.899	(1.039.919)

(a) A variação, no exercício de 2024, representa, substancialmente, a melhora nas expectativas de rentabilidade futura da investida Norte Energia S.A.;
(b) No exercício de 2024 foram reconhecidas perdas de créditos estimadas sobre recebíveis da Amazonas Energia S.A., além a inadimplência sobre os encargos de uso da rede elétrica; e
(c) As reversões refletem, substancialmente, o modelo de negócio atual, a curva de preços de longo prazo e a progressão dos investimentos dos ativos de geração hidráulica da Companhia.

NOTA 29 - RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 70 - Resultado Financeiro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	Geração	Transmissão	Geração	Transmissão
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	206.442	169.272	228.150	173.794
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	112.586	157.544	112.586	157.544
Outras receitas financeiras	9.412	23.824	14.252	23.803
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(20.650)	(21.245)	(20.650)	(19.660)
	307.790	329.395	334.338	335.481
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(873.420)	(635.636)	(1.079.911)	(696.447)
Arrendamento mercantil	(514.893)	(549.480)	(514.893)	(549.480)
Encargos de obrigações com CDE	(731.115)	(674.644)	(731.115)	(674.644)
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	(114.580)	(119.831)	(114.580)	(119.831)
Outras despesas financeiras	(52.635)	(161.905)	(73.877)	(163.516)
	2.286.643	(2.141.496)	(2.514.376)	(2.203.918)
Itens financeiros, líquidos				
Atualizações monetárias - CDE	(472.250)	(407.452)	(472.250)	(407.452)
Atualizações monetárias - bacias hidrográficas	(97.125)	(111.850)	(97.125)	(111.850)
Atualizações monetárias	(148.307)	(262.982)	(197.937)	(264.630)
Variações cambiais	(21.270)	20.717	(21.803)	20.569
Variação de instrumento financeiro derivativo não ligado a proteção de dívida	(373.605)	(613.256)	(373.605)	(613.256)
	(1.112.557)	(1.374.823)	(1.162.720)	(1.376.619)
	(3.091.410)	(3.186.924)	(3.342.758)	(3.245.056)

NOTA 30 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização; e
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica das plantas de geração até os centros de distribuição ou consumo.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Tabela 71 - Resultado por segmento - corrente

	CONSOLIDADO			
	2024			
	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	9.858.610	3.459.969	(23.684)	13.294.895
Intersegmentos	–	23.684	(23.684)	–
Terceiros	9.858.610	3.436.285	–	13.294.895
Custos	(5.783.665)	(1.339.885)	23.684	(7.099.866)
Depreciação e amortização	(1.481.260)	–	–	(1.481.260)
Energia comprada para revenda	(689.731)	–	–	(689.731)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.408.646)	–	–	(1.408.646)
Custo de construção	–	(1.003.494)	–	(1.003.494)
Demais custos	(2.204.028)	(336.391)	23.684	(2.516.735)
Despesas operacionais	(226.909)	(637.496)	–	(864.405)
Depreciação e amortização	(87.308)	–	–	(87.308)
Provisões operacionais	353.147	(177.248)	–	175.899
Demais despesas	(492.748)	(460.248)	–	(952.996)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	624.664	–	624.664
Resultado oper. antes do resultado financeiro	3.848.036	2.107.252	–	5.955.288
Resultado financeiro				(3.342.758)
Resultado de participações societárias				(277.780)
Outras receitas e despesas				–
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido				(250.750)
Lucro líquido do exercício				2.084.000

Tabela 72 - Resultado por segmento - comparativo

	CONSOLIDADO			
	2023			
	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	8.315.819	2.887.165	(6.855)	11.196.129
Intersegmentos	–	6.855	(6.855)	–
Terceiros	8.315.819	2.880.310	–	11.196.129
Custos	(4.568.439)	(1.044.922)	5.657	(5.607.704)
Depreciação e amortização	(1.438.677)	–	–	(1.438.677)
Energia comprada para revenda	(249.391)	–	–	(249.391)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.029.611)	–	–	(1.029.611)
Custo de construção	–	(662.114)	–	(662.114)
Demais custos	(1.850.760)	(382.808)	5.657	(2.227.911)
Despesas operacionais				

continuação



Tabela 77 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

	Nível	2024	2023
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Custo amortizado		4.171.300	1.990.524
Caixa e equivalentes de caixa		1.378.652	1.078.972
Clientes		2.736.738	1.910.556
Direito de resarcimento		55.910	79.968
Valor justo por meio do resultado		602.191	543.702
Títulos e Valores Mobiliários	2	602.191	170.096
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	—	373.606
Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		84.215	—
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	84.215	—
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Custo amortizado		22.679.575	19.318.884
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		12.642.018	11.918.150
Empréstimos, financiamentos e debêntures		8.570.704	6.029.919
Fornecedores		761.279	672.684
Remuneração aos acionistas		688.014	672.684
Arrendamentos		17.560	25.447

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, registrados a valor justo, são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

31.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

31.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

Risco de apreciação das taxas de câmbio:

Tabela 78 - Risco de apreciação das taxas de câmbio

CONSOLIDADO						
		Efeito no resultado				
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2025 ¹	(+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
USD	Empréstimos e financiamentos	(6.734)	(41.698)	(40.336)	(50.420)	(60.504)
	Impacto no resultado	—	—	(1.362)	8.722	18.806
IENE	Empréstimos e financiamentos	(283.861)	(11.204)	(11.354)	(14.193)	(17.032)
	Impacto no resultado	—	—	150	2.989	5.828
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				(1.212)	11.711	24.633
(1) Premissas adotadas:		2024	Provável	+25%	+50%	
USD		6,19	5,99	7,49	8,99	
IENE		0,04	0,04	0,05	0,06	

31.3.2. Risco de taxa de juros

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros:

Tabela 79 - Risco de apreciação das taxas de juros

CONSOLIDADO						
		Efeito no resultado				
		Saldo em 2024	Cenário I - Provável 2025 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹	
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.027.357)	(600.076)	(750.095)	(900.114)	
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(273.153)	(40.973)	(51.216)	(61.459)	
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.001.724)	(174.951)	(218.688)	(262.426)	
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.136.633)	(60.924)	(76.154)	(91.385)	
Impacto no resultado em caso de apreciação dos indicadores nacionais		(7.438.867)	(876.923)	(1.096.154)	(1.315.385)	
(1) Premissas adotadas:		2024	Provável	+25%	+50%	
CDI		12,15	14,90	18,63	22,35	
SELIC		12,25	15,00	18,75	22,50	
TJLP (%)		7,43	8,74	10,93	13,11	
IPCA		4,89	5,36	6,70	8,04	

31.3.3. Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

Tabela 80 - Risco de liquidez - Corrente

CONSOLIDADO						
2024						
Fluxo de pagamento nominal						
Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total		
Passivos Financeiros (Circulantes / Não Circulante)	3.104.085	2.498.578	7.573.573	23.881.211	37.057.447	
Obrigações da Lei 14.182/2021	899.566	915.260	3.923.037	18.638.753	24.376.616	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.433.651	1.575.347	3.650.536	5.242.458	11.901.992	
Fornecedores	761.279	—	—	—	761.279	
Arrendamentos	9.589	7.971	—	—	17.560	

Tabela 81 - Risco de liquidez - Comparativo

CONSOLIDADO					2023
Fluxo de pagamento nominal					
Até 1 ano	anos	anos	anos	Total	
2.171.507	1.731.074	6.244.307	23.364.012	33.510.900	
Obrigações da Lei 14.182/2021	675.455	873.079	3.555.072	19.027.173	24.130.779
Empréstimos, financiamentos e debêntures	737.621	840.593	2.689.235	4.336.839	8.604.288
Fornecedores	749.763	—	—	—	749.763
Arrendamentos	8.668	17.402	—	—	26.070

31.4 Derivativos de compromissos de longo prazo

Tabela 82 - Posição Patrimonial

CONSOLIDADO					2023
Vencimento	2024	2023	Ativo		
Derivativos de compromissos de longo prazo					
NDF US\$ e alumínio primário	02/12/2025	274	—		
NDF US\$ e alumínio primário	03/08/2026	30.129	—		
NDF US\$ e alumínio primário	01/09/2026	11.780	—		
NDF US\$ e alumínio primário	02/09/2026	42.032	—		
		84.215	—		

Tabela 83 - Ganhos/(Perda) reconhecido(a) no resultado

CONSOLIDADO					2023
Vencimento	2024	2023	Ativo		

<tbl_r cells="6" ix="2" maxcspan="1" maxrspan

continuação



Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, mensurados pela variação do valor justo. As variações dos valores justos dos derivativos que servem de instrumentos para hedge de valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, enquanto os derivativos relacionados com hedge de fluxo de caixa são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes – ORA.

Estimativas e julgamentos críticos

Para os objetos de hedge negociados em mercado ativo, a mensuração do valor justo é realizada com base nos preços de mercado observáveis, utilizando uma ferramenta especializada, como por exemplo, a Bloomberg. Para os demais casos, os instrumentos e objetos de hedge são mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação mencionadas no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, que de modo geral, se utiliza das premissas baseadas nas condições de mercado.

NOTA 32 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, destacamos as transações abaixo:

32.2. Transações com partes relacionadas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

Tabela 86 - Transações comerciais – Controladora - Patrimonial

Patrimonial	CONTROLADORA						
	2024		2023				
	Controladas	Controladas em conjunto	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego
Ativos							
Clientes	110.616	31.637	17.396	–	2.801	36.539	–
Dividendos / JCP a receber	–	32.141	–	–	24.265	–	–
Outros	–	–	2.451	59.762	9.218	1.190	35.957
Total Ativo	110.616	63.778	19.847	59.762	36.284	37.729	35.957
Passivos							
Fornecedores	–	2.691	25.093	–	2.416	24.052	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	1.261.321	–	4.206	3.667.846	–
Dividendos / JCP a pagar	–	–	685.100	–	–	788.000	–
Obrigações com a Controladora	–	–	1.295.302	–	–	1.613.218	–
Aquisição da participação da SPE EAPSA	–	–	431.196	–	–	409.976	–
Outros	–	38.940	18.796	2.849	41.245	–	–
Total Passivo	–	41.631	3.716.808	2.849	47.867	6.503.092	–

Tabela 87 - Transações comerciais – Controladora - Resultado

Resultado	CONTROLADORA						
	2024		2023				
	Controladas	Controladas em conjunto	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego
Receita de uso de energia elétrica	23.684	105.905	207.276	–	102.971	144.125	–
Receita de prestação de serviços	–	207	3.374	–	33.801	3.484	–
Encargos de uso da rede elétrica	–	(24.571)	(297.660)	–	(22.324)	(264.120)	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	(632.680)	–	–	(698.509)	–
(Compra) / Venda de energia elétrica	–	(5.391)	55.741	–	–	262.072	–
Outras despesas	–	–	–	(12.479)	(4.046)	(15.952)	(91.974)
23.684	76.150	(663.949)	(12.479)	104.731	(568.900)	(91.974)	

Tabela 88 - Transações comerciais – Consolidado - Patrimonial

Patrimonial	CONSOLIDADO					
	2024		2023			
	Controladas em conjunto	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego
Ativos						
Clientes	31.637	17.396	–	2.801	36.539	–
Dividendos / JCP a receber	32.141	–	–	24.265	–	–
Outros	–	2.451	59.762	9.218	1.190	35.957
Total Ativo	63.778	19.847	59.762	36.284	37.729	35.957
Passivos						
Fornecedores	2.691	25.093	–	2.416	24.052	–
Empréstimos e financiamentos	–	1.261.321	–	4.206	3.667.846	–
Dividendos / JCP a pagar	–	685.100	–	–	669.771	–
Obrigações com a Controladora	–	1.295.302	–	–	1.613.218	–
Aquisição da participação da SPE EAPSA	–	431.196	–	–	409.976	–
Outros	38.940	18.796	2.849	41.245	170	–
Total Passivo	41.631	3.716.808	2.849	47.867	6.385.033	–

Tabela 89 - Transações comerciais – Controladora - Resultado

Resultado	CONSOLIDADO					
	2024		2023			
	Controladas em conjunto	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Empresas Eletrobras	Entidades benefício pós-emprego
Receita de uso de energia elétrica	105.905	207.276	–	102.971	144.125	–
Receita de prestação de serviços	207	3.374	–	33.801	3.484	–
Encargos de uso da rede elétrica	(24.571)	(297.660)	–	(22.324)	(264.120)	–
Empréstimos e financiamentos	–	(632.680)	–	–	(698.509)	–
(Compra) / Venda de energia elétrica	(5.391)	55.741	–	(5.671)	262.072	–
Outras despesas	–	–	(12.479)	(4.046)	(15.952)	(91.974)
76.150	(663.949)	(12.479)	104.731	(568.900)	(91.974)	

32.3. Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é demonstrado como segue:

Tabela 90 - Remuneração do pessoal chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios de curto prazo	3.603	8.005	3.603	9.995
Benefícios pós-emprego	105	134	105	168
Outros benefícios de longo prazo	356	–	356	–
	4.064	8.139	4.064	10.163

Prática Contábil

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a Companhia. Para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, são relatados apenas os saldos com as partes relacionadas relevantes. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas controladas são eliminados.

NOTA 33 - ATIVO MANTIDO PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os ativos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2024:

Tabela 91- Ativo mantido para venda

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2024	2023
Terrenos	–	61.490
Empreendimentos termelétricos	2.551.715	2.404.192
Total Ativo	2.551.715	2.465.682
Empreendimentos termelétricos	84.952	274.464
Total Passivo	84.952	274.464

—continuação



DIRETORIA EXECUTIVA
Reunião 002/2025
DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 20 de março de 2025

Antônio Augusto Bechara Pardaui

Diretor Presidente e de Operação

Hugo Leonardo da Silva

Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Haiama

Diretor de Relações com Investidores

Antonio Augusto Bechara Pardaui
Diretor - Presidente

Hugo Leonardo da Silva
Diretor Administrativo Financeiro

Antonio Augusto Bechara Pardaui
Diretor interino de Operação e Manutenção

DIRETORIA EXECUTIVA
Reunião 002/2025
DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Brasília, 20 de março de 2025

Antônio Augusto Bechara Pardaui

Diretor Presidente e de Operação

Hugo Leonardo da Silva

Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Haiama

Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Lira da Rocha
Contador - CRC-DF-018622/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível (Notas 14, 15 e 16) e dos investimentos (Nota 13)

O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidrelétrica, enquanto o intangível consolidado é composto, substancialmente, por direitos de exploração, para os quais uma perda por redução aos valores recuperáveis pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor em uso e seu valor justo líquido de despesa de venda, mensurado com base em projeções de fluxo de caixa descontados.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, coligadas e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, receitas e despesas projetadas, dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, receitas e despesas projetadas e a determinação das UGCs.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade, que utilizam diferentes premissas que poderiam modificar significativamente os valores recuperáveis apurados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Assuntos



Porque é um PAA
Mensuração do ativo contratual de transmissão
(Nota 12)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) e pelos valores residuais correspondentes aos saldos não depreciados dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, caso seja permitido. Os valores apurados requerem o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre a mensuração das obrigações contratuais de construir, operar e manter a infraestrutura, satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratarem de ativos sob um modelo de longo prazo, a determinação dos dados premissas inclui, além das definições contratuais, estimativas de margem de construção e operação manutenção - taxas de atualização financeira (taxas implícitas) que equilibram o fluxo financeiro projetado, dentre outras.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização das diferentes premissas e sua aplicação pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e,

continua *

—continuação



com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e,

consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

Adriano Formosinho Correia

Contador CRC 1BA029904/O-5

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 16/04/2025

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

